

DANTE E O PAPEL DO GOVERNANTE NO DESENVOLVIMENTO INTELECTIVO:  
UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Dante and the govern role in development the intellectuality: an analysis of the education history

*Sandra Regina Franchi Rubim<sup>1</sup>*  
*Terezinha Oliveira<sup>2</sup>*

RESUMO

Este texto tem como proposta analisar, na obra *Monarquia*, de Dante Alighieri, algumas virtudes que ele considerava necessárias ao governante para que este pudesse promover o desenvolvimento intelectual de seus súditos. Com base no método histórico-social, podemos perceber que, nas formulações de Dante, em fins do século XIII e início do XIV, está presente a idéia de que somente o imperador, fazendo uso da razão e praticando as virtudes ético-políticas, da justiça, da tolerância, da prudência e da firmeza, poderia assegurar um governo justo e harmonioso. Para o autor, essas seriam as condições necessárias para o desenvolvimento do indivíduo e do intelecto humano. Concluímos que, ao eleger o governante como educador de seus súditos, Dante deixa para a nossa contemporaneidade a idéia de que podemos governar nossos atos, contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo e para a preservação e o bem viver da sociedade.

**Palavras-chave:** História da Educação Medieval, Governante, Virtudes.

ABSTRACT

This text aims to analyze, on workmanship *Monarchy*, by Dante Alighieri, some virtues that he considered necessary the governor so that this could promote the intellectual development of his subjects. On the basis of the social-historic method, we notice, in the formulations of Dante, ends of century XIII and beginning of the XIV, is present the idea that only the emperor, making use of the reason and practicing the ethical-politics virtues, of justice, of tolerance, of prudence and of firmness, could assure a right and harmonious government. For the author, these reasons are necessary conditions for developing of the individual and the human intellect. We also conclude that, when we elect the governor as the educator of its subjects, Dante leaves for our present time the idea of that we can govern our acts, contributing for the development of the individual and to the preservation and the comfort of the society.

**Keywords:** History of the Medieval Education, Governor, Virtues.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação. Grupo de Pesquisa em Transformação Social e Educação na Antigüidade e Medievalidade. Contato: srfrubim@gmail.com

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Filosofia da Educação, junto ao Departamento de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Contato: teleoliv@gmail.com

## Introdução

A Revolução Francesa e a Revolução Industrial transformaram as relações de produção e trabalho, introduziram inovações técnicas e tecnológicas e desencadearam um processo de contínuas mudanças sociais e culturais, ou seja, de profunda reestruturação na sociedade. Segundo Frigotto (1996), essas mudanças sociais explicam as contradições existentes entre a produção científica e tecnológica e a massa de desempregados em nossa sociedade, já que o capital, a tecnologia, as redes de informação e o saber estão em posse de poucos.

No mundo globalizado que caracteriza a atualidade, verifica-se, em linha ascendente, a perda da consciência crítica dos indivíduos em relação ao contexto social, bem como de referenciais éticos e morais. O resultado é um embrutecimento dos homens, que os distancia cada vez mais uns dos outros. Nota-se a falta do engajamento das pessoas em projetos coletivos e na luta por causas mais amplas, por meio das quais a existência individual adquire novos sentidos.

Os teóricos do medievo, como Agostinho, Boécio, Abelardo, Hugo San Victor e Tomás de Aquino, mostram os homens do passado como seres datados historicamente, com as virtudes e vícios de sua verdadeira natureza. Devemos olhar para eles como espelhos, pois acreditamos que o conhecimento do passado nos servirá de exemplo, de corretivo. Os teóricos medievos se comprometeram com o seu tempo, tiveram discernimento para descobrir que a sociedade necessitava de conhecimento para o desenvolvimento das instituições e do homem<sup>3</sup>.

Conhecendo o passado, aprendemos com o comportamento de seus homens e, por isso, temos a possibilidade de não cometer os mesmos erros. Percebemos que, na História, nada acontece por acaso, tudo depende das relações sociais, da maneira como nos comprometemos com o nosso tempo, como enfrentamos as vicissitudes cotidianas. Em outras palavras, acreditamos que o conhecimento da História é fundamental para a formação do indivíduo, pois ela nos mostra que nada é eterno, que todos os valores e crenças têm uma história e são produtos da atividade humana no tempo. A História não é destino. Com base na história, os homens poderão tomar consciência de sua situação no mundo e modificá-la. Transcendendo sua condição de indivíduos privados, eles conseguirão se envolver em causas que convergem para o bem viver coletivo.

Partindo da premissa de que o processo educativo se faz em meio às ações sociais, que o ser humano é educado para ser reflexivo, atribui-se à História da Educação o objetivo de construir os fundamentos estruturantes do pensamento educacional que percorre o caminho da História. Temos que voltar nosso olhar para o passado, para as autoridades clássicas. Torna-se relevante compreender como o pensamento dessas autoridades influenciou a construção da idéia de educação, de conhecimento, de cultura.

Por isso, utilizando o método da história social, que nos permite olhar o homem em sua totalidade, em seu papel social, conceberemos Dante Alighieri como sujeito

---

<sup>3</sup> Evidentemente, não estamos nos referindo a toda a população, mas especificamente aos dirigentes e intelectuais.

histórico. Com essa mesma perspectiva, analisaremos as linhas gerais de seu pensamento na obra *Monarquia*<sup>4</sup>. Mediante suas formulações teóricas, discutiremos como seu posicionamento, no seu tempo e ambiente, contribuiu para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade.

Esse filósofo reconhece na Ética a mais sublime disciplina que a razão humana pode desenvolver. Como suas grandes preocupações são o indivíduo e o gênero humano, Dante indica que a ética é a condição da nobreza humana. É no convívio social que o homem deve buscar o conhecimento (virtude intelectual) e praticar a justiça (virtude moral) para, prudentemente, orientar suas ações para o bem de si e do outro. Elegendo o Monarca como o único capaz de governar a sociedade e assegurar a paz e a justiça, Dante as identifica como as condições do desenvolvimento do indivíduo e do intelecto humano.

Faz-se necessário, portanto, nos apropriar das formulações de Dante, já que as entendemos como questões atemporais, como exemplos para que, em nosso presente, nos posicionemos com firmeza e autonomia intelectual diante dos problemas cotidianos. Nossa orientação, nesse exercício de apropriação, é de que devemos olhar a História não como receptores passivos de informações prontas, mas, sim, como participantes do processo de construção do conhecimento histórico, de forma a nos conscientizar de nossa própria história e de nosso lugar no mundo. Em suma, entendemos que o passado nos ensina a ser homens e sujeitos de nossas ações.

### Dante - Contexto Histórico

Salientamos, primeiramente, a relevância da análise do contexto social e intelectual, do momento histórico em que os textos clássicos foram produzidos. É necessário considerar os elementos mais importantes das sociedades nas quais e para as quais os intelectuais escreveram. Recentemente, a historiografia apontou uma nova perspectiva para compreender os clássicos: o estudo da mentalidade das sociedades anteriores à nossa.

Adotando essa perspectiva, consideramos que, pela história, podemos construir uma imagem mais próxima do pensamento político do passado. Para compreender as questões formuladas por um autor, é relevante saber algo do tempo histórico e da sociedade em que ele viveu ou escreveu, situando o texto em seu contexto, de forma a poder compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever. Esse procedimento permite compreender aquilo que nos escapa da mera leitura. Com efeito, o estudo do pensamento político

[...] nos permite definir o que seus autores estavam fazendo quando escreveram. Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliavam, ou às vezes até ignoravam (de forma

---

<sup>4</sup> De acordo com a *Catholic Encyclopedia*, Dante escreveu essa obra política em 1309.

polêmica) as idéias e convenções então predominantes no debate político. [...] E, a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época. [...] Pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de fazer (SKINNER, 1996, p. 13).

Quando situamos adequadamente o texto em seu contexto histórico, ingressamos no ato de interpretar. Como uma interpretação teórica não se reduz a observar o texto, mas também o contexto mais amplo da produção textual, afirmamos que, para entender as formulações de Dante Alighieri (1265-1321), é necessário olhar para a sua sociedade e ambiência.

Segundo o historiador germânico Oto de Freising (apud SKINNER 1996), em meados do século XII, no Norte da Itália, delineava-se uma nova organização social e política: o ambiente citadino. Nessa região, as cidades haviam se tornado repúblicas independentes, governadas, cada uma delas, mais pela vontade dos cônsules do que pelos príncipes. Os cônsules eram trocados quase que anualmente para controlar o “apetite de poder” e conservar a liberdade popular. Para esse historiador, a posição política das cidades italianas era contrária ao pensamento da época, ou seja, o de que a monarquia hereditária seria a única forma correta de governar.

Na segunda metade do século XII, segundo Skinner (1996), o poder dos cônsules decaiu, permitindo a ascensão do podestà ao governo. Esse funcionário assalariado, eleito pelo voto popular, era investido de poder supremo sobre a cidade. Geralmente era de outra cidade, para evitar vínculos ou lealdade locais que poderiam trazer problemas para seu governo, o qual deveria ser justo e imparcial. Com um mandato de aproximadamente seis meses, ele administrava a cidade, contando com a ajuda de dois conselhos principais. Um deles poderia ser formado por até seiscentos membros e outro se limitava a quarenta cidadãos.

É importante esclarecer, no entanto, que essa posição de independência das cidades era parcial, já que elas ainda eram consideradas vassalas do Santo Império romano. Todavia, as cidades italianas não aceitavam a autoridade do imperador. Liberdade, para elas, antes de qualquer coisa, significava sua independência em relação a esse poder. Por isso, o Império tinha premência em impor sua jurisdição sobre elas. Em fins do século XI, o código civil romano passou a servir como base para a teoria e prática da lei por todo o Santo Império.

Desde que os juristas passaram a estudar e a glosar textos antigos, o princípio cardeal para a interpretação da lei foi o Código de Justiniano. Não há dúvida de que os antigos textos jurídicos legitimavam a idéia de que o *princeps*<sup>5</sup>, identificado por todos

---

<sup>5</sup> No início dos tempos modernos, esse termo é traduzido como *príncipe*. Na Europa dos primórdios da modernidade, essa tradução aparecia com uma conotação mais ampla: o termo *príncipe* freqüentemente era utilizado para se referir a reis e imperadores, não somente a príncipes (SKINNER, 1996).

os juristas com o Santo Imperador romano, deveria ser aceito como o senhor único do mundo. Esse trabalho dos glosadores, ao mesmo tempo em não oferecia às cidades condições de legitimar a idéia de liberdade em relação ao Império, dotava os imperadores do amparo legal para subjugar as cidades. Por essa razão e por suplantar todos os Estados do mundo em riquezas e poder, a Itália, a partir do século XII, especialmente 1154, quando ocorreu a primeira expedição de Frederico Barbarossa, lutou por quase dois séculos para se impor enquanto *Regnum Italicum*<sup>6</sup> e firmar sua independência (SKINNER, 1996).

Durante todo o conflito contra o Império, as cidades italianas contavam com o Papado. Essa aliança foi selada pelo papa Alexandre III, em 1159, quando o Imperador Barbarossa recusou-se a elevá-lo ao trono pontifício. Na seqüência, novas alianças ocorreram, a exemplo das que foram firmadas pelo papa Gregório IX, em 1238, e Inocêncio IV, em 1243. Todavia, essas alianças representavam um perigo, já que correspondiam ao desejo dos papas em comandar o gládio secular e, evidentemente, governar o *Regnum Italicum*.

Nesse período, tentando manipular as políticas internas nas cidades do Norte da Itália, os papas demonstravam suas ambições temporais. Em fins do século XIII, o papado conseguiu assumir o controle direto e temporal de uma vasta parte do centro da Itália, influenciando significativamente a maioria das principais cidades do *Regnum Italicum*. Segundo Ullmann (1972 apud SKINNER, 1996), essa política papal foi acompanhada de uma teoria, cujo fim era legitimar e explicar as pretensões do papado ao governo dos assuntos temporais. Na década de 1140, Graciano formulou o código de direito canônico, reunindo vários decretos papais. Vários papas juristas, como Alexandre II, Inocêncio III, Inocêncio IV, continuaram a formular teses para dar base legal ao desejo da supremacia papal. Nessas condições, ao mesmo tempo em que resistiam aos papas, algumas cidades italianas procuravam formular teorias que legitimassem sua contestação dos poderes e das imunidades que a Igreja então pleiteava.

Uma forma de impedir o avanço da Igreja em suas pretensões seria buscar apoio junto ao imperador, equilibrando o embate que, em razão da célebre bula de Bonifácio VIII, *Unam Sanctam*, de 1302, era favorável ao papa. Nessa bula, abordava-se a discutida tese da existência de dois gládios na sociedade, o clerical e o laico, e, com base na idéia da supremacia do poder espiritual sobre o temporal, declarava-se que ambos os gládios, em última instância, caberiam ao papa, vigário de Cristo, autoridade para instituir e destituir o poder terreno. Por isso, a idéia de que o *Regnum Italicum* pertencia ao Santo Império romano foi retomada com o argumento de que as pretensões papais usurpariam os direitos que, por lei, eram delegadas ao Imperador.

É nesse contexto que consideramos necessário situar as formulações de Dante, um dos pensadores mais importantes do período. Esse intelectual participou do embate e, em sua obra política, *Monarquia*, ofereceu apoio ao Imperador, já que o concebia como um possível instaurador do equilíbrio no conflito entre o papa e as cidades.

---

<sup>6</sup> Esse termo, usado pelos teóricos das cidades-Estado italianas, refere-se àquela parte do norte da Itália que corresponde ao reino Lombardo medieval, que Oto I reincorporou ao Império germânico em 962.

## Dante – Monarquia

Na década de 1290, o papa Bonifácio VIII começou a interferir nas facções internas de Florença. Seu objetivo era adquirir controle sobre essa cidade de forma a aumentar sua riqueza e poder. Em 1300, descontentes, os florentinos lhe enviaram uma embaixada, contestando suas ambições. Como represália, o papa excomungou o governo florentino, incumbindo Carlos de Anjou de dominar a cidade e promover o golpe de Estado de 1301, desferido pelos aristocratas.

Após o golpe, em conseqüência de sua participação na embaixada de oposição ao papa, Dante foi exilado de Florença. Por isso, em 1310, quando Henrique VII marchou sobre a Itália, Dante depositou suas esperanças nesse Imperador, considerando-o um líder capaz de congregar um número razoável de descontentes, bem como de organizar uma força militar eficiente para expulsar da cidade o governo pró-papal e restabelecer o controle imperial sobre o *Regnum Italicum* (Skinner, 1996).

Assim, envolvido com a política, Dante olha para a sociedade e percebe que em momentos de transição é preciso ter bom senso, isto é, em momentos turbulentos, torna-se indispensável ter temperança, equilíbrio e prudência nas ações. Em sua obra, envolvido com a realidade política de seu tempo, ele procura responder à necessidade premente do seu momento, ou seja, a de restauração da paz e da harmonia. Segundo ele, a paz universal é o meio, por excelência, que assegura a felicidade dos homens.

Na Monarquia, Dante mostra uma acentuada preocupação com a ausência de harmonia na sociedade de seu tempo. Considerava que, para a sociedade se desenvolver, era imprescindível buscar essa harmonia na terra. Para isso, defendia a instituição de um governante laico, monarca ou imperador, que fosse capaz de promover a paz e coibir a violência entre os homens. Para ele, somente um imperador poderia restabelecer a justiça e a paz, enfim, governar os homens. Para reforçar sua tese, além de retomar passagens da Bíblia, das obras de Agostinho, ele recorria a intelectuais do mundo antigo, como Cícero, Catão, Homero, Hesíodo, Aristóteles.

De acordo com Skinner (1996), Dante indica duas causas principais para a ausência de paz ou tranqüilidade na Itália de seu tempo. A primeira, assunto de seu Livro II, seria a negação da legitimidade do Império; a segunda, que discute em seu Livro III, seria a crença ilegítima de que a autoridade do Império dependia da autoridade da Igreja, já que, para ele, o papado não possuía um genuíno poder secular. Portanto, como Dante argumenta em seu livro de abertura, o Imperador seria a única e legítima força unificadora, capaz de por fim às disputas entre as facções internas que dividiam a Itália, impossibilitando a paz e a concórdia entre os homens. Foi nessas condições que ele defendeu o valor especial da unidade e da superioridade do todo sobre as partes. Assim, a soberania do Imperador garantiria a realização da justiça, já que dois príncipes poderiam entrar em conflito, requerendo a arbitragem imparcial de outrem.

Torres (2006) considera que Dante teceu um sistema ideal para o mundo político: o de perfeito equilíbrio entre o Império e os reinos. De seu ponto de vista, somente um governo Uno seria capaz de governar a sociedade, garantindo o atendimento dos pontos comuns a todos os homens e conquistando a harmonia entre eles. Esse governo seria

comandado por meio de lei única, a ser repassada aos demais governantes temporais, os quais, dessa forma, sob a orientação do supremo filósofo, o imperador, iriam dirigir as multidões humanas em seus feudos, reinos, conselhos de cidades, entre outros. Somente por esse caminho seria possível chegar ao perfeito desenvolvimento humano. Para Dante, o papel do governante, como o Grande Filósofo da Cristandade, seria o de guia do gênero humano. Na figura do governante, ele via a possibilidade de ordenar a sociedade, já que, tendo em vista um governo justo, que buscasse o Bem Comum do povo, ele abdicaria de seus interesses pessoais para cuidar dos interesses de todos, do bem público. Em última instância, defenderia todos os que dele necessitassem. O monarca, como legislador, precisaria manter a paz, proteger os pobres, mediar disputas entre as forças sociais, entre reis, reinos, senhores feudais, cidades, gerando, assim, a harmonia e a concórdia, as quais são indispensáveis para o desenvolvimento humano.

O monarca seria o único capaz de conquistar esse objetivo. Apenas ele, em todo o universo, estaria livre da cupidez, já que possuía tudo e nada mais seria capaz de lhe corromper a alma. Ou seja, como o imperador estava acima de todos os príncipes, superando-os em poder, não poderia desejar nada mais, a não ser o bem-estar de seu povo. Somente o governante poderia manter a unidade da sociedade. É o que pode ser percebido nas palavras de Dante:

Quando nada pode ser já apetecido, impossível se torna a cupidez, por isso que as paixões não podem sobreviver ao desaparecimento do seu objeto. Nada existe que possa eximir-se a ser objeto do Monarca, porquanto a jurisdição deste termina no oceano (Liv. I, cap. IV).

Imbuído desse mesmo pensamento a respeito de um governo único, escreveu Tomás de Aquino (1995), algumas décadas antes de Dante.

Logo, se é natural ao homem o viver em sociedade de muitos, cumpre haja, entre os homens, algo pelo que seja governada a multidão. Que, se houvera muitos homens e tratasse cada um do que lhe conviesse, dispersar-se-ia a multidão em diversidade [...] se não existira alguma potência regedora comum, visando ao bem comum de todos os membros. Isso podendo, diz Salomão (Pv 11,14): “Onde não há governante, dissipar-se-á o povo” (c. II, arg. 4).

Percebemos, pois, que Tomás de Aquino, ao analisar as questões de governo, de certa maneira, ofereceu elementos para se defender a autonomia do governante laico. No entanto, ele não deixou de afirmar a supremacia papal. Segundo Oliveira (2005), o mestre dominicano, embora defendendo os interesses da Igreja, conseguiu, de forma equilibrada, separar os poderes clerical e laico, porque o cerne de seu pensamento era entender o conhecimento divino e humano, as ações e as posições dos homens. Para ele, cabia ao governante, como educador, estabelecer leis que educassem e levassem os homens a desenvolver as virtudes propícias para o bem viver coletivo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento humano e conservação da sociedade. Segundo ele, só a

harmonia e o bom senso entre os gládios religioso e laico poderiam produzir e conduzir as coisas ao Bem Comum; no entanto, não se poderia esquecer de que Deus é o Sumo governante de todas as coisas, tanto as temporais como as espirituais.

Para a autora, existem distinções nas formulações dos dois intelectuais. Em Tomás de Aquino, a defesa da separação dos dois gládios, clerical e laico, era mediada pelo princípio de universalidade da Cristandade. Para ele, era necessária a harmonia entre os dois poderes, porque ambos seriam essenciais ao homem: um zelaria pela matéria e outro cuidaria do espírito, tendo Deus como norteador. Dante, no entanto, declarava que aos príncipes deveria pertencer o poder temporal e, embora admitisse que ambos os poderes advinham de Deus, afirmava que a Igreja já não podia mais ter supremacia sobre todas as coisas. Com esse pensamento preconizava o rompimento com a idéia de unicidade cristã.

Verificamos, entretanto, que ambos os filósofos, Tomás de Aquino e Dante, valorizavam a razão, à qual caberia conduzir a formação do intelecto humano. Assim, para Dante, o governo único se justificava pela capacidade de desenvolvimento intelectual dos homens.

Segundo Torres (2006), Dante recorre a uma questão fulcral de toda a filosofia medieval, isto é, à questão da diferença entre intelecto especulativo e prático. Torna-se necessário, antes de retomar as formulações de Dante, discorrer sobre esses dois conceitos.

Para tanto, nos remetemos às idéias de um dominicano, do século XIII, Boécio de Dácia (apud De Boni 2005), para quem as virtudes superiores do homem são a razão e a inteligência; o intelecto seria o elemento divino do homem. Este, por sua vez, possui duas potências, a especulativa e a prática. A primeira refere-se à maior possibilidade de conhecer a essência divina, a verdade nas coisas singulares; a segunda é a potência que leva à prática do bem em todas as ações humanas. Para esse intelectual, conhecer a verdade e cultivar o hábito do bem é um deleite que corresponde à felicidade humana.

A virtude superior do homem é a razão e a inteligência; e constitui a direção da vida humana tanto na teoria como na prática. Portanto, o bem supremo, que é possível ao homem, refere-se à sua inteligência. [...] De fato, se algo de divino existe no homem, é digno que seja o intelecto. [...] Ora no intelecto humano há uma potência especulativa e uma prática. Isto se manifesta pelo fato de que o homem por vezes é especulativo, a respeito daquelas coisas sobre as quais não exerce sua atividade, como no caso das coisas eternas; e por vezes é também ativo, segundo a determinação do intelecto, ao escolher uma coisa intermediária em todas as ações humanas. [...] o supremo bem possível ao homem consiste no conhecimento da verdade, na prática do bem e no deleite em ambos (BOÉCIO DE DÁCIA apud DE BONI 2005, p. 278-280).

Segundo Torres (2006), Dante complementa essas idéias ao afirmar que o Imperador, possuidor do intelecto especulativo, recebe de Deus a luz da máxima política. O Imperador é o elo entre o mundo celeste e o mundo terreno e essa ligação se realiza por meio da função de que foi investido, ou seja, a de representante de Deus na

terra. As doutrinas que fundamentarão a ação política do vigário terreno (Imperador) são transmitidas por Deus, para que, assim, ele organize o mundo, em busca da paz e da felicidade.

Dante nos explica como funciona esse mecanismo de transmissão que liga as duas instâncias terrenas (Monarca e príncipes), essa lei geral que encaminha a sociedade para a paz: o Monarca (o supremo chefe, o eleito entre os eleitos) possui o intelecto especulativo (que revela a lei maior); os príncipes particulares (governantes laicos dos reinos, feudos, cidades) possuem o intelecto prático, ou seja, o que opera o bem, a lei. Portanto, o intelecto especulativo cuidaria dos juízos relacionados a toda a humanidade, ao passo que o intelecto prático deveria retirar desses juízos o que se aplicaria à sua realidade, possibilitando a conquista do desenvolvimento humano.

A virtude intelectual de que falo entende-se às formas universais ou espécies; e ainda, de certa maneira, às formas particulares. Eis por que se costuma dizer que o intelecto especulativo se transforma em intelecto prático, cujo fim é agir e fazer. Digo agir, por causa das ações que coordena a prudência política; digo fazer, por causa das ações manuais que as artes dirigem. Todas estas ações são servas da especulação, bem supremo, para o qual a Bondade Suma criou o gênero humano (DANTE, Liv. I, cap. III).

A respeito da idéia de um governo laico para direcionar as multidões humanas, Torres (2006) afirma que, em Dante, essa elevada cultura do espírito é indicada somente para a elite aristocrática, fundada e mantida pelos privilégios da inteligência. Somente aqueles que se comportam como verdadeiros filósofos, que se posicionam diante dos inúmeros problemas postos na sociedade, ou seja, somente aqueles que conduzem sua busca e formulam conclusões, mediante o uso da razão, é que podem alcançar a perfeição e, por isso, lhes é concedido, por Deus, o dom da verdadeira nobreza. Com base nessa premissa, o florentino salienta que a causa da nobreza não é a estirpe, mas o fruto do amor, a Filosofia. Vejamos um trecho da obra *Convívio*:

Assim que não diga um qualquer dos Uberti de Florença, nem um outro dos Visconti de Milão: ‘Porque sou de tal linhagem, sou nobre’; pois que a semente divina não cai na linhagem, isto é, na estirpe, mas sim nas pessoas singulares, e, tal como abaixo se provará, a estirpe não faz nobre as pessoas singulares, mas estas a estirpe (DANTE, IV, XX).

Verifica-se, portanto, que, para Dante, a Filosofia tem uma finalidade prática por excelência. É ela que realiza o tipo ideal do ser humano. Ou seja, a criatura humana, por suas próprias potências, apenas pelo esforço da razão, guiada pelo seu livre arbítrio, pode se elevar à perfeição. Somente aqueles que buscam os conhecimentos que, com a ajuda da experiência e da razão, o intelecto humano pode adquirir é que conseguem atingir a verdadeira nobreza. Fazem nobre a estirpe essas pessoas singulares que, por sua excelência intelectual ou virtudes morais, a ela souberam se elevar.

Dante acreditava que os germens da verdadeira nobreza se encontravam em certos grupos da sociedade: príncipes e barões, cavaleiros e senhores, damas da nobreza e da

alta cultura. Por isso, em sua obra *Convívio*, ele propõe uma verdadeira iniciação filosófica para certas gentes do mundo, as gentes da nobreza. Ele toma para si a responsabilidade de encontrar e cultivar as forças morais do homem e, assim, elevá-lo ao mais alto e digno modelo de humanidade. Sua proposta é desenvolver, na sociedade política, a mais elevada das relações humanas, pois a perfeição singular do indivíduo constitui o primeiro pilar para a perfeição da cidade. Para que a verdadeira nobreza se manifestasse, seria necessário assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento da mais alta cultura do espírito, da arte, da poesia, do pensamento. Por isso, era premente providenciar a educação desse segmento, ensinando-lhe o ideal da grandeza humana.

Comentando esse princípio de Dante, Torres (2006) observa que, no quarto tratado da obra *Convívio*, o autor identifica os caracteres da nobreza verdadeira, define as virtudes filosóficas necessárias para governar a sociedade e guiá-la para a felicidade e para a perfeição terrestres: a temperança, a força da alma, a generosidade, a graça amável e a justiça. No segundo e no terceiro tratados, o filósofo conceitua Filosofia, estabelece as forças e os limites da razão humana e menciona os contatos da Filosofia com a Teologia, a Razão, a Revelação. Adepto do pensamento aristotélico, ele aceita a contemplação como o mais alto esforço do espírito humano. Sua proposta é estabelecer um sistema de colaboração entre Filosofia e Teologia, já que ambas são criações miraculosas de Deus. Pela razão, o homem participa da inteligência divina.

Cabe aqui pontuar que os teólogos dos séculos XII e XIII, baseando-se no pensamento agostiniano, segundo Kantorowicz (1998), reconheciam somente as virtudes teológicas infusas - a Fé, a Caridade e a Esperança - como autênticas. Eles não atribuíam às virtudes morais e intelectuais, puramente humanas, nenhum mérito sobrenatural autônomo. Em conseqüência, aquelas ações virtuosas que podiam ser executadas mesmo por um pagão ou um infiel não tinham nenhuma conseqüência para a salvação.

Já Tomás de Aquino, sob influência aristotélica, atribuiu autenticidade às virtudes ético-políticas. Ele distinguiu as virtudes teológicas e as intelectuais, bem como suas funções e fins, sem romper com a unicidade das sete virtudes. Para ele, uma virtude política é boa em si mesma e, quando é suscitada pela graça, será ainda mais digna de mérito. Dante, como discípulo de Tomás de Aquino, compactuou com essa doutrina, considerando um ato de virtude política como bom.

Avançando na discussão, vale destacar as palavras de Oliveira (2005) sobre Dante. Para a autora, em Dante, a cidade é o lócus da razão, do intelecto, da vida social. É na cidade que novos segmentos sociais despontam como força política: burgueses, mercadores, estudantes, os mestres e aprendizes de ofício. O ambiente citadino é propício para que a sociedade se governe, objetivando seu desenvolvimento, o bem viver, o bem comum e o desenvolvimento do homem.

Se agora consideramos a cidade, cujo fim é viver bem e com suficiência, impõe-se o governo de um só; o que deverá ocorrer tanto numa reta quanto numa oblíqua situação política. Se isto acontece, compromete-se o fim da vida social, e a cidade corre, incluso, o risco de desaparecer. Enfim, num reino, cujo fim é assegurar com maior segurança e tranqüilidade os benefícios da cidade, um só rei deve reinar e governar, pois que, a não

ser assim, nem os membros do reino atingem o fim que lhes é próprio, nem o reino pode escapar à desagregação [...] (DANTE, Liv.I, cap.V).

Dante acentua que a paz e a prudência são indispensáveis para que as capacidades intelectivas do homem se desenvolvam e é o governante que deve assegurar esses elementos para que a sociedade se desenvolva e se conserve. Em seu tratado político, propõe a busca da paz e o fim das guerras e conflitos que ocorriam por toda Europa. Nesse sentido, identifica o ambiente necessário, considerando-o como uma precondição essencial para que a felicidade temporal possa, de fato, ser conquistada. Este é, conseqüentemente, o principal objetivo do governante. Observemos em suas palavras:

[...] o imperador que, segundo as lições da filosofia, dirige o gênero humano para a felicidade temporal. E como a este porto nenhuns ou poucos, e mesmo assim com extrema dificuldade, podem chegar, se o gênero humano não desfruta da tranqüilidade da paz, que é o apaziguamento de todas as paixões enganosas, o fim que mais deve procurar servir o curador do orbe, chamado príncipe dos Romanos, é que nesta habitação mortal se viva livremente em paz (DANTE, Liv. III, cap. XVI).

Como, para Dante, no que diz respeito às coisas terrestres, o imperador é o educador da Cristandade, deve dirigi-la, com base nos ensinamentos da filosofia aristotélica, para a felicidade e perfeição temporais, para a beatitude desta vida. Esse pensador reconhece na ética a mais importante das disciplinas instituídas pelo trabalho da inteligência. Por isso, Dante declara que o monarca deve ser um homem virtuoso, ético, que cuida do bem comum.

Segundo Torres (2006), especialmente no terceiro e no último livro da Monarquia, Dante, em consonância com Aristóteles, apresenta a questão do fim duplo da humanidade. Para ele, o homem seria formado por uma essência corruptível e outra incorruptível, isto é, somente os seres humanos são constituídos de corpo e alma. O homem é o único que possui dois fins: um, como ser corruptível, é alcançar o paraíso terrestre; outro, como ser incorruptível, é atingir a salvação eterna no paraíso celeste. A primeira finalidade atinge-se nesta vida por meio de doutrinas filosóficas, “[...] desde que, todavia, sigamos os ensinamentos destas e exercitemos as virtudes morais e intelectuais”. A segunda se alcança por meio das doutrinas espirituais, “desde que as ponhamos em prática com o auxílio das virtudes teológicas, fé, esperança e caridade” (DANTE, Liv. III, cap. XVI). Segundo Kantorowicz (1998), Dante distingue os dois grupos de virtudes para se chegar aos dois paraísos. Ao paraíso terrestre se chega por meio das virtudes intelectuais (a Prudência, a Firmeza da alma, a Temperança e a Justiça); o celeste é alcançado por meio das virtudes infusas (a Fé, a Caridade e a Esperança).

Complementando esse raciocínio, o estudioso da filosofia medieval, Etienne Gilson (2007), afirma que, para Dante, da mesma forma que há duas finalidades e dois meios, cada um por sua via, há também dois poderes, últimos e supremos, ou seja, a necessidade de dois gládios para governar o gênero humano: o Pontífice romano, que governa por meio da revelação, rumo à vida eterna, e o Imperador, que, por meio de doutrinas

filosóficas, conduz à felicidade temporal. Todavia, esses dois universalismos justapostos estariam sob a autoridade de Deus. Acima dos dois estaria apenas Deus. Só esse poderia eleger o Imperador, confirmá-lo e julgá-lo. O papa é o pai espiritual de todos os fiéis, inclusive do Imperador, e deveria ser respeitado por este como um pai é respeitado pelo filho. No entanto, é de Deus que advém toda a autoridade do Imperador e não do papa.

Segundo a interpretação de Skinner (1996), Dante entende que somente sob a direção do Império, com poder igual e independente da Igreja, os homens podem atingir a felicidade nessa vida. Com efeito, o governante deve exercitar as virtudes morais e intelectuais, com auxílio das virtudes teológicas. Há dois caminhos para se atingir esse fim, igualmente distintos. O primeiro é a própria razão plenamente expressa na obra dos filósofos; o segundo é o do Espírito Santo: “[...] a verdade sobrenatural de que carecemos por meio dos Profetas e Hagiógrafos, já por Jesus Cristo, [...] já pelos discípulos d’Ele” (DANTE, Liv.III, cap. XVI).

Podemos apontar, assim, que as virtudes que Dante propõe ao governante, ou seja, seu caráter ético e moral, que se desenvolve com a inteligência e com o hábito, é condição essencial para o desenvolvimento e para a preservação da sociedade.

Diante de tudo que foi discutido, como afirma Torres (2006, p. 20), a premissa fundamental de Dante na Monarquia é que, conforme Aristóteles, existe um fim moral e ético, um “fim em si”, na comunidade humana. Em outros termos, sob a ótica de Dante, o homem, como homem, não tem necessidade do apoio da Igreja para alcançar a beatitude filosófica, a paz secular, a justiça, a harmonia. Esses alvos podem ser conquistados por meios próprios, pelo uso da razão e pela prática das quatro virtudes ético-políticas: a justiça, a tolerância, a prudência e a firmeza.

### Considerações Finais

Ao lermos as autoridades do passado percebemos sua constante preocupação com a ética e a moral. Na perspectiva da filosofia e da história da educação, a ética e a moral são condição para o desenvolvimento e a conservação da sociedade. Para os intelectuais do passado, como homens de sua época e ambiente, a criatura humana era o centro de interesse.

Assim, em suas formulações, Dante, nos indica de forma arrojada que a formação do governante deve ser alicerçada na ética, na moral e nas virtudes. Esses requisitos são desenvolvidos pela inteligência, pela capacidade reflexiva dos homens, pelo conhecimento. O governante tem que conhecer o todo do homem. Assim, o papel da educação é, dentre outros, ensinar sentimentos, valores éticos e morais para que a sociedade se preserve, para que os homens possam viver bem coletivamente.

Percebemos que Dante era um homem de ação, de vida ativa, engajado na luta política pela reforma da república florentina, das repúblicas e dos signori (Império) italianos, seguindo, assim, a tradição dos teólogos clericais e laicos no esforço de resguardar a dignidade necessária da vida prática. Assim, sua obra nos serve como modelo para termos uma vida ativa, nos colocando como agentes partícipes dos problemas de nossa época.

Dante, bem como outros filósofos do medievo, atribui aos homens a responsabilidade pelo governo das coisas racionais, particulares e daquelas que convergem para o bem comum. A nós, como sujeitos de nossa época, cabe, pois, a responsabilidade sobre nossos atos, os quais devem ser conduzidos para o bem viver em sociedade: o meu agir cotidiano não deve ser delegado ao outro. E a nós, como educadores, compete o comprometimento moral com o nosso tempo histórico, pois, sem formação moral e intelectual não há como existir o homem, conseqüentemente, não haverá sociedade. Ao homem, portanto, cabe essa missão, pois somente o homem é capaz de ensinar os homens a ser homens.

### Referências

DANTE ALIGHIERI. Monarquia. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, v. VIII.

\_\_\_\_\_. Convívio. Tradução Literal e Notas de Carlos Eduardo de Soveral. Lisboa: Guimarães Editores, 1992.

BOÉCIO DE DÁCIA. Sobre o bem supremo. In: DE BONI. Filosofia Medieval. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

FRIGOTTO, G. Educação e crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1996.

GILSON, E. A Filosofia na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KANTOROWICZ, E. Os dois corpos do rei: um estudo sobre a Teologia Política Medieval. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, T. A escolástica no Debate acerca da Separação dos Poderes Eclesiástico e Laico. São Paulo/Porto: Editora Mandruvá/Univ. do Porto, 2005. (Coleção Notandum Livro-6).

SKINNER, Q. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TOMÁS DE AQUINO. Escritos Políticos. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRES, M. R. A Perspectiva Pedagógica de Dante Alighieri no acesso à verdadeira nobreza e à beatitude terrestre. *Mirabilia* (Revista eletrônica de História Antiga e Medieval), v. 6, p. 9, 2006. Disponível em: < <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num6/art9.html> >. Acesso em: 02 ag. 2008.

ULLMANN, W. A short history of the papacy in the Middle Ages. Londres, 1972.

*Recebido em maio de 2009*  
*Aprovado em setembro de 2009*